

Sumário

Introdução	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Aspectos gerais do licenciamento ambiental.....	25
1.1. Licenciamento ambiental e licença ambiental	26
1.2. Objetivo do licenciamento ambiental.....	29
1.3. Importância do licenciamento ambiental.....	30
1.4. Surgimento do licenciamento ambiental.....	32
1.5. Licenciamento ambiental e direito constitucional	35
1.6. Licenciamento ambiental e Política Nacional do Meio Ambiente.....	39
1.7. Licenciamento ambiental e Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	45

CAPÍTULO 2

Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental	49
2.1. Impacto ambiental.....	57
2.2. Licenciamento ambiental de ampliações.....	65
2.3. Licenciamento ambiental de obras públicas	67
2.3.1. Autolicensing ambiental e obras públicas.....	70
2.4. Licenciamento ambiental de atividades em instalação, instaladas ou em funcionamento.....	73
2.5. Regularização das atividades instaladas ou em funcionamento	77
2.5.1. Licença de Operação Corretiva (LOC)	79
2.5.2. Termo de compromisso	82

CAPÍTULO 3

Fases e Procedimentos do Licenciamento Ambiental.....	87
--	-----------

3.1.	Fases do licenciamento ambiental.....	88
3.1.1.	Licença prévia.....	91
3.1.1.1.	Licença prévia e avaliação de impactos ambientais.....	94
3.1.1.2.	Licença prévia e autorização para supressão de vegetação.....	100
3.1.2.	Licença de instalação	105
3.1.3.	Licença de operação.....	106
3.1.4.	Licenciamento ambiental em conjunto.....	107
3.1.5.	Licença Ambiental Única (LAU)	109
3.1.6.	A Licença por Adesão e Compromisso (LAC).....	113
3.1.7.	Licença ambiental corretiva (LOC)	117
3.1.8.	Licença Ambiental Especial (LAE).....	120
3.2.	Procedimentos do licenciamento ambiental.....	124
3.2.1.	Prazos para análise do requerimento da licença ambiental.....	130
3.2.1.1.	Prestação de informações no licenciamento ambiental	135
3.2.2.	Prazo de validade das licenças ambientais.....	136
3.2.3.	Aproximação entre a licença ambiental e a licença urbanística.....	142
3.2.4.	Medidas Mitigadoras e Medidas Compensatórias...	148
3.2.4.1.	As condicionantes na LGLA	154
3.2.4.2.	Impossibilidade de Exigência de Medida Compensatória ou Mitigatória Abusiva, Descabida ou Desproporcionada.....	158
3.2.5.	Compensação ambiental do SNUC	160
3.2.6.	Dispensa do licenciamento ambiental.....	165
3.2.6.1.	Possibilidade de isenção de atos públicos de liberação por parte da Administração Pública e a Lei de Liberdade Econômica	173
3.2.7.	Autorização para a queima controlada	176
3.2.8.	Incentivos regulatórios no licenciamento.....	178

CAPÍTULO 4

Competência e Licenciamento Ambiental.....	181
4.1. Competência	182
4.2. Competência em matéria ambiental	184

4.3.	Competência legislativa em matéria ambiental.....	184
4.4.	Competência administrativa em matéria ambiental.....	193
4.4.1.	Lei Complementar nº 140/2011	195
4.4.1.1.	Competência licenciatória da União.....	197
4.4.1.2.	Competência licenciatória dos Estados	210
4.4.1.3.	Competência licenciatória dos Municípios	212
4.4.1.3.1.	As ADIs nº 6.288/CE e 2.142/CE: a reafirmação da autonomia administrativa ambiental dos Municípios.....	217
4.4.1.3.2.	O trânsito em julgado da ADI 4757	224
4.4.1.4.	Único nível de competência e licenciamento ambiental	229
4.4.1.5.	Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares.....	232
4.4.1.6.	Conama e licenciamento ambiental	235
4.4.1.7.	Fiscalização e sanção no licenciamento ambiental	239
4.4.2.	Convalidação do licenciamento ambiental.....	248
4.5.	A competência do Instituto Chico Mendes.....	250
4.5.1.	O papel do ICMBio como autoridade envolvida no licenciamento ambiental.....	251
4.5.1.1.	A ciência do ICMBio nos licenciamentos não sujeitos a EIA/RIMA: Resolução CONAMA nº 508/2025	253
4.5.2.	Responsabilidade fiscalizatória e sancionatória do ICMBio	254

CAPÍTULO 5

Natureza Jurídica do Licenciamento Ambiental	259
5.1. Procedimento administrativo e processo administrativo ...	263
5.2. Licenciamento ambiental como processo administrativo...	269
5.3. O licenciamento como processo administrativo na Lei nº 15.190/2025	273
5.4. Incidência dos princípios do processo administrativo	274
5.5. Consequências práticas da natureza processual	283

CAPÍTULO 6

Revisibilidade do Licenciamento Ambiental e Natureza Jurídica da Licença Ambiental	287
---	------------

6.1. Retirada da licença ambiental.....	295
6.2. Suspensão da licença ambiental.....	295
6.3. Anulação, cassação e revogação da licença ambiental.....	296
6.4. Revisibilidade de condicionantes	300
6.5. Licença ambiental e direito adquirido	302
6.6. Natureza jurídica da licença ambiental.....	305
6.7. Direito à indenização	321

CAPÍTULO 7

Responsabilidade Jurídica e Licenciamento Ambiental.....	325
7.1. Responsabilidade administrativa e licenciamento ambiental	327
7.1.1. Responsabilidade da Autoridade Licenciadora.....	331
7.1.2. Responsabilidade Administrativa na Modalidade de Licença de Operação Corretiva (LOC)	332
7.1.3. Responsabilidade Administrativa do Consultor Ambiental.....	333
7.2. Responsabilidade jurisdicional e licenciamento ambiental...	333
7.2.1. Responsabilidade civil e licenciamento ambiental ..	335
7.2.2. Responsabilidade Civil da Administração Pública e do sistema financeiro	337
7.2.3. Responsabilidade criminal e licenciamento ambiental.....	342
7.2.3.1. Crimes de Servidores Públicos (arts. 66 e 67 da Lei 9.605/98).....	344
7.2.3.2. Novidade: Extinção da Punibilidade Através da LOC (Lei 15.190/2025)	346
7.2.3.3. Crimes de Consultores Ambientais (Art. 69-A da Lei 9.605/98).....	347
7.2.4. Improbidade administrativa e licenciamento ambiental.....	348
7.3. Os Tribunais de Contas e o licenciamento ambiental de obras públicas.....	352
Considerações Finais.....	357
Referências.....	363